



## DINHEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL OBRIGAÇÕES DE GUERRA E CÉDULAS MILITARES

ALEXANDRE JOSÉ MATOS DA COSTA

História Militar; Segunda Guerra Mundial; Dinheiro; FEB; AM Lire; Lira Militar Aliada; Cédulas Militares; Obrigações de Guerra; Bônus de Guerra; Numismática.

### RESUMO

No estudo da História Antiga, a numismática (representada pelas moedas) ajuda a contar a história, uma vez que registros escritos são muito raros ou inexistentes. Na História Militar contemporânea, a numismática também pode auxiliar, não só pela análise das moedas, mas considerando todas as formas de dinheiro, o que torna muito maior a amplitude da pesquisa. Esta pesquisa visa apresentar os tipos de dinheiro de papel utilizados durante a Segunda Guerra Mundial e ligados à participação brasileira no conflito: as Obrigações de Guerra que foram responsáveis pelo financiamento do esforço de guerra brasileiro e as Cédulas Militares, mais especificamente as AM Lire, que foi o dinheiro de guerra utilizado pelos pracinhas da FEB no Teatro de Operações da Itália. Inicia detalhando o esforço brasileiro na arrecadação de recursos para suporte às operações de guerra que culminou com o lançamento das Obrigações de Guerra, o primeiro tipo de dinheiro de guerra brasileiro. Segue com a decisão política de Vargas de enviar para combate contingente brasileiro, o que levou à criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com a incorporação da FEB ao V Exército Americano na Itália, os brasileiros passam a ter contato com o outro tipo de dinheiro de guerra, as cédulas militares, que são apresentadas em detalhes.

### BRASIL DECLARA GUERRA: SURGEM AS OBRIGAÇÕES DE GUERRA



Em 22 de março de 1941 o navio mercante brasileiro Taubaté foi atacado nas águas do Mar Mediterrâneo (Egito) por aviões alemães. Um morto. A primeira baixa brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Desde o início da guerra na Europa, em 1939, o Brasil mantinha uma distância pragmática do conflito, buscando aproximação simultânea com os Estados Unidos e com a Alemanha. E uma das explicações para a equidistância era a econômica. Conforme detalha Dennison de Oliveira (2011), em 1938 a importação de produtos alemães pelo Brasil representava 25% do total, com tendência de aumento, enquanto que os produtos americanos representavam 24,2%, com tendência de queda. As exportações para os EUA vinham caindo e representavam 34,3% do total, enquanto para a Alemanha, vinham aumentando e já representavam 19,1%.

Na conferência do Panamá, em 1939, as repúblicas americanas se declararam neutras em relação à guerra na Europa. Com o acirramento dos conflitos, na conferência de Havana em 1940, foi firmado o acordo de solidariedade continental caso qualquer país do continente fosse atacado. Para os EUA era muito importante garantir o apoio brasileiro aos Aliados em função de sua importante posição geográfica, dos abundantes recursos naturais disponíveis e da sua influência sobre os países vizinhos. Pra isso, incentivava a redução dos focos de influência alemã no país e oferecia benefícios em caso de alinhamento com os americanos.

A partir de dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, que lançou os Estados Unidos no conflito, e considerando os compromissos assumidos em Havana, o cenário se agrava. A reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, decretou o rompimento de relações com os países do Eixo. O reflexo desta decisão não demorou a ser sentido pelo Brasil: Buarque, Olinda, Cabedelo, Arabutã, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete, Paracuri, Pedrinhas, Tamandaré, Barbacena, Piave, Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará e Jacira – todos navios mercantes brasileiros – foram afundados pelos submarinos alemães e italianos. Estes ataques provocaram a morte de 742 brasileiros. E o Brasil não estava em guerra.

O desgaste político pelos afundamentos e a revolta da população contra a perda de vidas inocentes, levou o governo brasileiro a decretar “estado de beligerância” à Alemanha Nazista e à Itália Fascista em 22 de agosto de 1942.

Imediatamente foram cassadas as cartas-patente dos bancos dos países do Eixo: Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano. Todos foram liquidados e os seus bens e direitos, a título de indenização, foram incorporados



ao patrimônio nacional. Cessaram as negociações com a Alemanha para compra de embarcações beligerantes e diversos navios do Eixo (alemães e italianos) que se encontravam em território nacional foram apreendidos.

Diversas decisões foram tomadas pelo governo para enfrentar o difícil momento. Logo, foi promovida campanha de arrecadação de materiais utilizáveis pela indústria de guerra. Em postos espalhados pela capital federal foram coletados materiais destinados à fusão para fabricação de armas. A população aderiu em peso. Há relatos de entrega de todo tipo de material metálico, incluindo itens de cozinha (panelas, talheres, etc) e até objetos metálicos de praças e ruas. O confisco dos bens de bancos e a apreensão de navios dos países do Eixo, juntamente com a campanha de arrecadação de materiais deu início ao esforço de guerra brasileiro.

É nítida na história das guerras a preocupação das nações em arrecadar recursos para financiamento do esforço de guerra. Desde a antiguidade os recursos vinham da apropriação das riquezas dos territórios conquistados, da instituição de obrigações aos senhores para fornecimento de soldados, do aumento dos impostos, da cobrança de taxas e até da utilização da fé como motivador para as batalhas. Quanto maior o território conquistado, maiores os custos para manter a estrutura militar. Numa época de conquistas e batalhas constantes, manter um exército grande e treinado é menos oneroso. Mas, para nações em que a guerra não faz parte do seu dia a dia, quando há necessidade de batalha, um exército específico deve ser organizado, treinado e armado. Mais difícil e caro se torna quando a batalha acontece fora do seu território.

Segundo Dennison de Oliveira (2011), o efetivo do exército brasileiro cresceu de forma substancial entre 1930 e 1944, muito impulsionado pela Segunda Guerra Mundial. Em 1930 era de aproximadamente 48 mil homens e, em 1944, o número já ultrapassava os 171 mil. Ao mesmo tempo, aumentava a quantidade de recursos financeiros alocados pelo governo ao exército. Em 1930 o montante representava 12,3% do orçamento federal enquanto em 1944 o montante ultrapassava os 19%.

Porém, no caso do Brasil, o esforço inicial de arrecadação de materiais não foi suficiente para obtenção dos recursos necessários à preparação para a guerra. Neste ponto da história há a introdução do primeiro tipo de dinheiro brasileiro envolvido na guerra. Em 05 de outubro de 1942 o governo brasileiro autoriza o lançamento das Obrigações de Guerra, também chamadas de Bônus de Guerra. Os bônus foram lançados nos valores de 100\$0 (cem mil réis),



200\$0 (duzentos mil réis), 500\$0 (quinhentos mil réis), 1:000\$0 (1 conto de réis) e 5:000\$0 (5 contos de réis). A aquisição destes bônus podia ser voluntária, mas o maior volume arrecadado vinha do recolhimento compulsório. O Decreto Lei 4.789 de 1942 determinou a obrigatoriedade da retenção de 3% dos rendimentos de todos os trabalhadores, sendo este valor transformado em Bônus de Guerra, resgatáveis em parcelas semestrais, com juros de 6% ao ano. O início dos resgates seria definido somente após a assinatura do tratado de paz. A captação de recursos a partir das obrigações de guerra foi equivalente a 73% de toda a arrecadação de recursos de um ano normal (sem guerra). O dia 05 de outubro de 1942 tem sua importância redobrada para a numismática brasileira. Neste dia, além da instituição das Obrigações de Guerra, o Decreto Lei nº 4.791 institui o Cruzeiro como unidade monetária brasileira. A paridade estabelecida foi de 1:000\$0 (hum mil réis) para Cr\$1,00 (um Cruzeiro).

Fotografia 1: Bônus de Guerra de Cr\$100,00. No verso, os cupons para resgate



Fonte: acervo pessoal do autor.

A arrecadação de fundos através do lançamento pelos governos de Obrigações de Guerra é relativamente comum na história das guerras do século XX. Há registros durante a Primeira Guerra Mundial, durante a Segunda Guerra (Estados Unidos, Canadá, Brasil, Japão, China,



União Soviética, Alemanha e Inglaterra) até a Guerra do Golfo, onde o Iraque fez intenso uso deste recurso. Estados Unidos, Inglaterra e Canadá lançaram massivas campanhas nacionalistas convocando as pessoas a contribuírem para o esforço de guerra comprando os bônus. São conhecidos os cartazes com o tema “*Buy War Bonds*” que muito apelavam ao nacionalismo dos cidadãos.

## O BRASIL VAI À GUERRA: A UTILIZAÇÃO DAS CÉDULAS MILITARES

Existem diversas interpretações sobre as razões que levaram o Brasil a enviar soldados para a linha de frente de combate. Fala-se de “vingança” pelos civis mortos nos torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros e chega-se aos fatores mais comuns que levam um país a combater em uma guerra fora de seu território: política e economia. Para obter o apoio brasileiro aos Aliados, os EUA ofereceram a participação no Lend Lease<sup>1</sup> que, em troca do fornecimento de insumos importantes para as nações em guerra, possibilitaria o reaparelhamento das Forças Armadas e a construção de importantes obras de infraestrutura no país.

Porém, com a entrada efetiva dos EUA na guerra, os recursos americanos foram voltados, prioritariamente, para aqueles países que contribuíam diretamente para o esforço de guerra, com o envio de tropas. Temendo perder os investimentos previstos e buscando um alinhamento político mais forte com os EUA, Getúlio Vargas ofereceu ao presidente americano Franklin Roosevelt, num encontro em Natal – RN em fevereiro de 1943, o envio de tropas para combate, desde que se mantivesse o programa de reaparelhamento das Forças Armadas, previamente negociado. A proposta concretizou-se em 9 de agosto de 1943, através da Portaria Ministerial nº 4744, que criou a Força Expedicionária Brasileira - FEB, formada pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e órgãos não-divisionários. Sua chefia foi entregue ao general João Batista Mascarenhas de Moraes.

No final de 1943 decidiu-se o destino da FEB: o teatro de operações do Mediterrâneo. Inicialmente o destino final seria o Norte da África (mais precisamente a Argélia), porém, pouco antes do embarque das tropas, em função da mudança no cenário no Teatro de

<sup>1</sup> Programa de empréstimos americano visando abastecer com alimentos e armamentos as nações que estavam em guerra.



Operações Europeu, o destino da FEB foi alterado para a Itália. Na noite de 30 de junho de 1944, embarcou o 1º Escalão da FEB, composto por cerca de cinco mil homens e chefiado pelo general Zenóbio da Costa. Junto com eles, o general Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu estado-maior. Em setembro do mesmo ano, foi a vez do 2º e 3º Escalões, comandados respectivamente pelos generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Olímpio Falconière da Cunha. Até fevereiro de 1945, dois outros escalões chegariam à Itália, juntamente com um contingente de cerca de 400 homens da Força Aérea Brasileira (FAB), estes comandados pelo major-aviador Nero Moura. Ao todo, a FEB contou com um efetivo de um pouco mais de 25 mil homens.

Na Itália, a FEB uniu-se às tropas do V Exército Americano, integrante do XV Grupo de Exércitos Aliados. Nesse momento, o objetivo das tropas aliadas ali sediadas era impedir o deslocamento alemão para a França, onde se preparava a ofensiva final aliada. Era necessário, assim, manter o exército alemão sob constante pressão. As primeiras vitórias brasileiras ocorreram em setembro de 1944, com a tomada das localidades de Massarosa, Camaiore e Monte Prano. No início do ano seguinte, os pracinhas participaram da conquista de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese. O conflito, no entanto, não se estendeu por muito mais. A 2 de maio de 1945, o último corpo do exército alemão na Itália assinou sua capitulação, e a 8, a guerra na Europa chegava ao fim, com a rendição definitiva da Alemanha. Durante todo o período em que a FEB lutou ao lado do V Exército Americano, o dinheiro em circulação no front era a Allied Military Lire – AM Lira, ou Lira Militar Aliada.

Em 9 de julho de 1943 os aliados desembarcaram na Sicília, era o início da Operação Husky que chegou ao fim em 17 de agosto de 1943 com a tomada completa da ilha. Como parte desta operação e em total segredo, as AM Lira foram previamente impressas pelos aliados no *Bureau of Engraving and Printing – BEP*, em Washington. O objetivo era introduzir as cédulas na Itália assim que a Sicília fosse tomada. O segredo na impressão das cédulas era fundamental para o sucesso da Operação Husky. A introdução as AM Lira tinha por objetivo controlar a circulação de dinheiro na Itália recém-ocupada e resolver o problema da falta de dinheiro no país, provocado pelos alemães como estratégia de “terra arrasada” tentando dificultar ao máximo a permanência dos aliados. Estas cédulas deveriam circular apenas no ambiente militar, porém, em função da falta de dinheiro em circulação na Itália, acabaram por se tornar cédula de circulação de curso legal no país.



Segundo SANDOVAL (2012), a autorização para circulação destas cédulas foi oficializada por decreto assinado pelo General inglês Harold Alexander (Decreto nº 12 de 23 de agosto de 1943) e introduzidas para circulação no mesmo dia da assinatura do decreto. Os valores desta primeira série de cédulas, chamada de *Series 1943*, foram: 1, 2, 5, 10, 50, 100, 500 e 1.000 liras. Houve uma segunda emissão dessa mesma série, com circulação a partir dia 8 de setembro de 1943, agora impressas pela *Forbes Lithograph Manufacturing Company* de Boston. As cédulas impressas por esta companhia contêm a marca da empresa impressora, um “F” em micro caracteres (aposto na rosácea do lado inferior direito).

Fotografia 1: Alguns exemplares de AM Lira



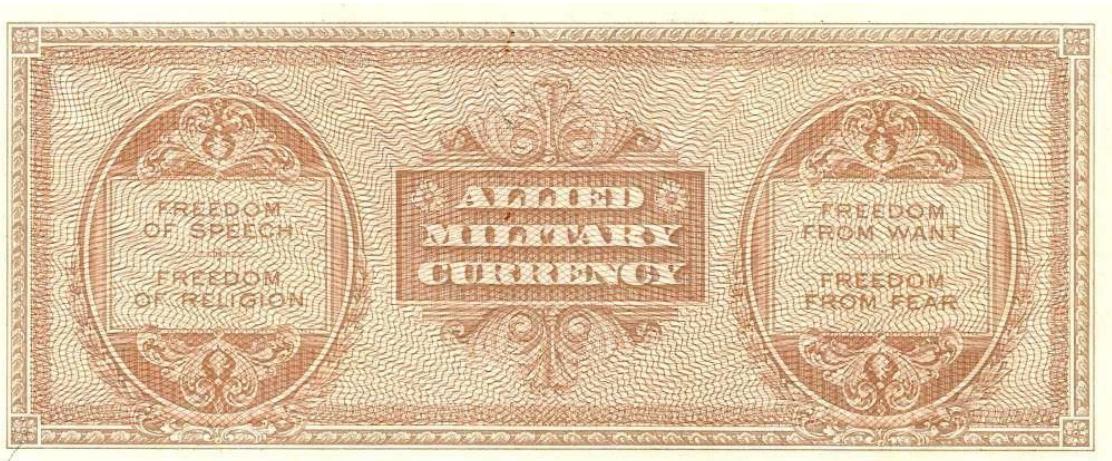
Fonte: acervo pessoal do autor.



Em função da simplicidade de impressão e da falta de recursos que dificultassem a falsificação, os aliados observaram um grande número de cédulas falsas em circulação. A forma mais comum de falsificação era a inclusão de zero nas cédulas de 1, 10, 50 e 100, transformando-as, facilmente, em cédulas de 10, 100, 500 e 1.000 liras.

Em função desta fragilidade, foi lançada uma segunda série (*Series of 1943A*) com os seguintes valores: 5, 10, 50, 100, 500 e 1.000 liras. Visando reduzir a falsificação, as cédulas foram impressas em dois formatos, 78 x 67 mm para os valores de 5 e 10 liras e de 156 x 67 mm para os valores de 50 a 1.000 liras e com os valores expressos também em extenso. Enquanto as cédulas da primeira série traziam os textos somente em inglês, as da segunda série traziam os textos também em italiano. No anverso das duas séries temos: “Allied Military Currency”, “Issued in Italy”, “1 Lira” (e demais valores) e, no reverso, as seguintes frases: “Freedom of Speech, Freedom of Religion, Freedom from Want e Freedom from Fear”, ou seja, “Liberdade de Expressão, Liberdade de Religião, Ausência de Miséria e Liberação do Medo” e no centro a marca d’água “Allied Military Currency”.

Fotografia 2: Verso de uma cédula de 50 AM Lira



Fonte: acervo pessoal do autor.

A introdução indiscriminada das AM Lira provocou forte inflação na Itália. O efeito desta inflação é possível observar já na segunda série de cédulas lançadas. Nela, os valores de 1 e 2 liras não foram mais impressos, uma vez que não representavam grande poder de compra. Essas cédulas circularam legalmente até 1950, ano em que perderam a validade. Sua circulação foi concomitante com as demais cédulas utilizadas na Itália. As AM Lira



financiaram os gastos das tropas aliadas e, após o armistício, as trocas por dinheiro corrente do país ficaram sob responsabilidade do governo italiano como forma de compensação pelos custos da guerra (TARACCHINI, 1999).

O Museu do Expedicionário de Curitiba, o Museu do Banco do Brasil (CCBB – Rio de Janeiro) e o museu dentro do Memorial aos ex combatentes da FEB no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, apresentam no seus acervos algumas cédulas AM Lira trazidas pelos ex combatentes da FEB.

## REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas.** 3<sup>a</sup>. Reimpressão. Curitiba. Editora Juruá, 2011.
- PIOVEZAN, A. **Devoções individuais dos soldados mortos em guerra: a documentação do Pelotão de Sepultamento (1944-1945).** Revista Brasileira de História Militar, v. 9, p. 1-14, 2012.
- RIGONI, Carmem Lúcia. **Diários de Guerra I: anjos de branco, o serviço de saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945).** Curitiba. Editora Progressiva Ltda., 2010, p.50-51.
- SANDOVAL, Márcio Rovere. Emissões da Ocupação Militar após o Desembarque na Europa (1943 – 1958). **Boletim Informativo da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina.** Florianópolis, número 65, p. 4-14, mar 2012.
- SCHWAN, C. Frederick; BOLING, Joseph E. **World War II Remembered. History In Your Hands – A Numismatic Study.** Ohio: BNR Press, 1995.
- TARACCHINI, Alfredo. **Addio, cara Lira: storia illustrata della moneta che ha accompagnato per duecento anni la vita del nostro paese.** Bologna, Itália. Banca Popolare dell'Emilia Romagna, 1999, p. 150.